

**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA DO LEGISLATIVO**  
**N.º 06, DE 17 DE MAIO DE 2021.**

**Dispõe sobre a criação do Programa de Incentivos Ambientais, no âmbito do Município de LIMEIRA DO OESTE-MG, intitulado “IPTU VERDE”, e dá outras providências.**

Faço saber que a Câmara Municipal de Limeira do Oeste, Estado de Minas Gerais, por iniciativa da Vereadora **Elainy Aparecida de Souza**, com amparo no art. 56, da Lei Orgânica Municipal – LOM propôs a Câmara Municipal, por seus representantes, aprovou e eu Prefeito, com amparo no inciso VII do art. 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciono a presente Lei.

**Art. 1º.** Fica instituído no âmbito do Município de **LIMEIRA DO OESTE-MG**, o Programa de Incentivos Ambientais, denominado “IPTU VERDE”, cujo objetivo é incentivar a prática de ações positivas em benefício da natureza, contribuir com a mitigação de impactos ambientais e auxiliar o contribuinte.

**Art. 2º.** Será concedido desconto no Imposto Territorial e Predial Urbano (IPTU) anual, até no máximo 50% (cinquenta por cento), aos proprietários de imóveis residenciais e não residenciais, que adotarem as seguintes medidas:

I. Implantação de sistema de captação e utilização de água pluvial: 5% (cinco por cento) de desconto;

II. Implantação de sistema de reuso de água residual, atendendo aos parâmetros da ANVISA, da ABNT, da OMS e do CONAMA: 5% (cinco por cento) de desconto;

III. Implantação de sistema de aproveitamento e aquecimento energético solar (placas fotovoltaicas): 10% (dez por cento) de desconto;

IV. Construções com material sustentável: 5% (cinco por cento) de desconto, mediante comprovação documentada e sujeito à aprovação na **Secretaria Municipal de Ambiente e Agronegócio – SEMAMA**;

V. Separação e encaminhamento de resíduos sólidos inorgânicos para reciclagem, com documento de comprovação da instituição receptora, registrada: 10% (dez por cento) de desconto;

VI. Separação de resíduos agrossilvopastoris para destinação ambiental adequada, com documentação de comprovação da instituição receptora, registrada

e licenciada pelo **Instituto Estadual do Ambiente – INEA**: 5% (cinco por cento) de desconto;

VII. Plantio de, no mínimo, 10 (dez) mudas de espécies arbóreas nativas com altura mínima de 1,5 metros e disposição de áreas verdes de no mínimo 5% da extensão total do imóvel, de modo a garantir a permeabilidade e a capacidade de escoamento da água no solo: 10% (dez por cento).

§ 1º - Para efeitos deste artigo, considera-se:

I. Sistema de captação e utilização de água pluvial: sistema que proporcione a captação e armazenamento da água da chuva em reservatórios para que a mesma seja utilizada no próprio imóvel;

II. Sistema de reuso de água residual: consiste no tratamento do esgoto para utilização em fins que não necessitem de água sanitariamente segura, porém não havendo a necessidade de ser potável (possíveis usos: irrigação, descarga de vaso sanitário, lavagem de veículos e calçadas);

III. Sistema de aproveitamento energético e aquecimento solar: sistema que utilize equipamento de captação da energia solar para o abastecimento parcial de energia, composto de coletores solares, reservatórios térmicos, aquecimento auxiliar, acessórios e suas interligações hidráulicas que funciona por circulação natural ou forçada, com o propósito de aquecer a água sem utilizar energia elétrica;

IV. Construção com material sustentável: é o uso de material sustentável na execução da obra do imóvel residencial ou não residencial;

V. Separação e encaminhamento de resíduos sólidos inorgânicos para reciclagem: consiste na separação de resíduos sólidos recicláveis para empresas recicladoras ou cooperativas de reciclagem;

VI. Separação de resíduos agrossilvopastoris: separação de resíduos gerados nas atividades agropecuárias e silviculturais;

VII. Sistema de compostagem para resíduos orgânicos (em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela **Secretaria Municipal de Ambiente e Agronegócio – SEMAMA**): mecanismo onde o lixo doméstico (cascas de frutas e de ovos, resto de legumes, pó de café, folhas de árvores, restos de madeira, entre outros) é transformado em adubo orgânico;

VIII. Plantio de mudas e disposição de áreas verdes: consiste no plantio de espécies arbóreas nativas na área do imóvel em questão e separação de espaço para escoamento de água no solo.

**Art. 3º.** Para que seja deferido o pedido de concessão do desconto, o requerente deverá dar entrada em um processo na Prefeitura Municipal de **LIMEIRA DO OESTE-MG**, no setor de protocolo, munido de toda a documentação necessária, sendo esta, de propriedade do imóvel (original ou cópia, em nome do requerente, de seu procurador ou do locador, acompanhado de CPF e RG).

§1º. O desconto somente poderá ser concedido mediante a comprovação de que não há débito em nome do requerente pendente de pagamento no Município.

§2º. O parecer conclusivo, referente à concessão ou não concessão do benefício, será documentado em duas vias, onde a primeira ficará em poder da Secretaria Municipal competente e a segunda entregue ao requerente, ao término do andamento do processo.

I A concessão do benefício poderá ser cancelada, em caso de:

- a Constatação posterior de fraude na documentação apresentada;
- b Cessação das práticas que ensejaram o benefício;
- c) Não pagamento da data de vencimento do valor residual do imposto.

**Art. 4º.** Os descontos deverão ser requeridos até 31 de outubro do ano corrente, para vigorarem no exercício seguinte.

**Art. 5º.** O poder executivo municipal poderá regulamentar a presente Lei por meio de Decreto.

**Art. 6º.** Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Limeira do Oeste – MG, 17 de maio de 2021.

---

Elainy Aparecida de Souza  
Vereadora

**MENSAGEM n.º 06, de 17 de maio de 2021**

À CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA DO OESTE/MG.

Senhor Presidente,  
Nobres Colegas Vereadores,

O presente Projeto de Lei visa instituir, no âmbito do Município de Limeira do Oeste-MG, o Programa de Incentivo à Implementação de Ações Ambientais, denominado “IPTU VERDE”, cujo objetivo é incentivar a prática de medidas positivas em benefício do meio ambiente e contribuir com a mitigação de impactos ambientais, beneficiando o contribuinte com um desconto de até **50% (cinquenta por cento)** do valor do imposto.

O Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, é um tributo previsto no art. 156 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, sendo de competência dos Municípios instituírem o imposto sobre toda propriedade imobiliária: casas, prédios comerciais e industriais, terrenos e mesmo chácaras em áreas urbanas.

Com o intuito de incentivar o modelo sustentável, alguns Municípios criaram projetos de preservação ambiental considerando a possível redução do IPTU para aqueles que comprovem que praticam ações benéficas ao meio ambiente.

O “IPTU VERDE”, que teve o seu pioneirismo no Brasil na Prefeitura de Salvador/BA, é um exemplo de iniciativa que incentiva empreendimentos imobiliários residenciais, comerciais, ou institucionais a realizarem e contemplarem ações e práticas de sustentabilidade no seu dia a dia e em suas construções, como por exemplo, a gestão de resíduos, a redução do consumo de água, a implantação de placas fotovoltaicas para captação de energia solar, etc.

O IPTU Verde consiste em um conjunto de benefícios fiscais concedidos à população, mediante a adoção dos princípios da sustentabilidade nas edificações, nas construções e no dia a dia.

A adoção do IPTU Verde, uma iniciativa que incentiva os moradores e empreendedores a investir em ações e práticas de sustentabilidade, é uma maneira de incentivar as pessoas a preservar o meio ambiente, oferecendo descontos nas alíquotas do IPTU. O IPTU Verde segue uma lógica de prática internacional que certifica residências e edificações que investiram em tecnologias sustentáveis em seus projetos. A aplicação dessas soluções sustentáveis vai somando pontos, que levam o imóvel a uma classificação de acordo com as práticas de sustentabilidade implementadas, gerando, assim, o desconto, que pode chegar até a **50% (cinquenta por cento)** do valor total do IPTU.

Atualmente, a nível de Brasil, já são aproximadamente, 500 (quinhentos) Municípios que adotam o IPTU Verde. Nos Estados das regiões sul e sudeste do Brasil, todas as capitais já possuem o IPTU Verde.

Os casos de maior sucesso, a nível nacional e mundial, são: Salvador – BA; Berlim na Alemanha; Dublin na Irlanda; Helsinque, capital finlandesa, Medelim e Bogotá, Guarulhos, São Bernardo do Campo, Ribeirão Preto. Algumas cidades possuem um sistema de desconto menos abrangente e focado principalmente no aproveitamento da energia solar em residências, como é o “Palmas Solar”, na capital do Tocantins.

O crescimento populacional, as migrações constantes, as mudanças climáticas e a escassez de recursos naturais exigem novas formas de organização das cidades que possam reduzir a curto, médio e longo prazo os impactos ambientais gerados pelo desenvolvimento urbano.

Esses fatores resultaram em problemas ambientais sérios e graves, que afetam diretamente a qualidade de vida humana e o nosso planeta, de forma geral, sendo o principal objetivo deste projeto o incentivo a preservação ambiental. Os descontos no valor do IPTU seria a consequência lógica da adesão ao programa.

Com o passar do tempo e o sucesso do projeto IPTU Verde, certamente veremos um cenário totalmente diferente em nossas cidades, como por exemplo:

- Residências e edificações mais arborizadas;
- Maior número de pessoas aderindo a coleta seletiva dos resíduos sólidos;
- Maior número de residências e empresas com placas fotovoltaicas, para captação de energia solar;
- Residências e empresas priorizando a captação de água da chuva, para utilização em tarefas do dia a dia;
- Criação de um viveiro municipal, onde mudas seriam doadas pelo poder público gerando emprego e incentivando à arborização urbana;
- Dentre outros inúmeros meios de preservação e atitudes que poupariam o meio ambiente das degradações que são cada dia maiores e mais contundentes.

A questão envolvendo o Meio Ambiente é tão relevante, que prevista foi no texto constitucional vigente, da seguinte forma:

Art. 225, *caput*. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, **bem de uso comum do povo e essencial à sadia**

**qualidade de vida**, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (grifo nosso).

Observe, que com esta previsão, o Direito Constitucional brasileiro criou uma nova categoria de bem: o bem ambiental, portanto, um bem de uso comum do povo, e, ainda, um bem essencial à sadia qualidade de vida de todos nós.

Nesse sentido, tem-se por óbvio, que cabe a cada um de nós, como cidadãos, cuidar e preservar esse “bem” que é essencial à sadia qualidade de vida de todo e qualquer ser humano.

A renomada autora de obras no âmbito do direito administrativo, Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2003, p. 545) leciona que “consideram-se bens de uso comum do povo aqueles que, por determinação legal ou por sua própria natureza, podem ser utilizados por todos em igualdade de condições”.

No tocante à sadia qualidade de vida, Paulo Affonso Leme Machado (2006, p. 120) observa que “só pode ser conseguida e mantida se o meio ambiente estiver ecologicamente equilibrado. Ter uma sadia qualidade de vida é ter um meio ambiente não poluído”.

Estas, portanto, são as nossas obrigações enquanto cidadãos, que gozam do meio ambiente para termos uma qualidade de vida maior e melhor.

A minha responsabilidade ambiental aumenta quando eu me torno um homem público, detentor de um mandato no legislativo municipal, voltado para a representação popular. Eu deixo de ser apenas um cidadão responsável por preservar e não agredir o meio ambiente, me tornando um instrumento da população no processo de criação e de implantação de ações voltadas à sua preservação.

Diante disso, cabe a mim, mediante a degradação ambiental percebida em nosso Município nos últimos tempos, agir para conter esse avanço, buscando a implantação de políticas públicas voltadas para a preservação do nosso meio ambiente.

É público e notório que o principal instrumento de trabalho de um Vereador é a Lei. Em razão disso, venho como legislador municipal, propor o presente Projeto de Lei visando à preservação do nosso meio ambiente, instando a

população a fazer a sua parte em todo esse processo, até mesmo porque será beneficiada diretamente com o abatimento no valor do seu IPTU.

Antes de finalizar, importa ressaltar, que anexarei a esta mensagem, que encaminha o presente Projeto de Lei, decisões do Supremo Tribunal Federal – STF, órgão máximo da justiça brasileira, guardião da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que assentam a legitimidade do Vereador legislar gerando despesas para o Município, bem como em matéria tributária, para afastar de uma vez por todas qualquer ilação em sentido contrário no âmbito desta Câmara Municipal.

Portanto, nobres colegas Vereadores, peço o apoio maciço de Vossas Excelências para que juntos possamos aprovar este Projeto de Lei que beneficia a todos indistintamente.

Confiante na aprovação do presente projeto, renovo a Vossas Excelências minhas homenagens de distinção e apreço.

Limeira do Oeste-MG, 17 de maio de 2021.

---

Elainy Aparecida de Souza  
Vereadora